



VIII ENALIC

EDIÇÃO DIGITAL

VIII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VII SEMINÁRIO DO PIBID
II SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

PIBID: Um relato de Experiência em Tempos Pandêmicos

Ana Laura Rodrigues Silva
Graduanda em Licenciatura Matemática – Uni-FACEF
anarodriguesmat@gmail.com

Isabella Plácido de Paula Oliveira
Graduanda em Licenciatura Matemática – Uni-FACEF
isbellaplacido2111@gmail.com

Maria Fernanda Justino Ferreira
Graduanda em Licenciatura Matemática – Uni-FACEF
Mariafernanda.justino15@gmail.com

Silvia Regina Viel
Doutora em educação Matemática – Uni-FACEF
silviarviel@gmail.com



INTRODUÇÃO

Historicamente, a escola, estabelecida como um lugar de aquisição do conhecimento, veio a ser esperança de uma vida melhor.

As escolas técnicas por exemplo, surgiram num contexto histórico em que a industrialização, um dos propulsores do avanço econômico, sequer havia se consolidado no país. Nessas perspectivas, para que os negócios continuassem crescendo, veio à tona a necessidade de pessoas altamente qualificadas.

Com o passar dos anos, devido as evoluções e novas exigências da sociedade, surgem na década de 1930 os primeiros cursos de licenciatura do país, sendo ofertados pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, existentes nas instituições de Ensino Superior, e organizados com base nos preceitos dos Institutos de Educação de São Paulo e do Distrito Federal.

Após analisar a educação brasileira no período compreendido entre, 2001 e 2006, em Professores no Brasil: impasses e desafios, Gatti e Barreto (2009, p.3) apontam: “Uma expansão de cursos presenciais de licenciatura nos últimos anos: eles crescem 65% entre 2001 e 2006”.

Nesta fase, novamente devido à grande demanda e a necessidade de satisfazer aos interesses da sociedade, em 2006, o Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca, com a finalidade de formar professores para o ensino fundamental e médio, deu início ao curso de Licenciatura em Matemática.

Com o objetivo de atuar no estímulo à docência entre estudantes da graduação, além de promover a integração entre educação superior e educação básica das escolas estaduais e municipais, o Centro Universitário mais uma vez trouxe inovação a seu histórico, com a presença do PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, fomentado pela CAPES.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA

No mesmo ano de 2006, em que o Uni-FACEF inicia o curso de licenciatura em matemática, surge também o PIBID dentro das instituições federais de ensino, porém apenas no ano de 2009, é introduzido como política de Estado relacionado a formação de professores em todo o país por meio do decreto N°6755 de 29 de janeiro de 2009 (BRASIL, 2009).



Segundo o Ministério da Educação (MEC), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), é um projeto que oferece bolsas aos alunos dos cursos presenciais de licenciatura, que se dediquem a estágios em escolas públicas, tendo como principal objetivo, antecipar o vínculo entre os futuros professores e as salas de aula. O programa une as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas, lutando pela melhoria da qualidade do ensino nas escolas. Além disso, incentiva a carreira do magistério nas áreas de educação básica, tendo em vista uma carência maior de professores nas disciplinas de Ciências e Matemática para o Ensino Fundamental, e Física, Química, Biologia e Matemática para o Ensino Médio.

No Uni-FACEF, o programa teve início no ano de 2011 e se perpetua até os dias atuais, neste momento vigorando pelo edital 01/2021. Atualmente o projeto conta com 30 discentes das licenciaturas em Letras e Matemática, sendo 24 bolsistas e 6 voluntários, o valor da bolsa oferecida é de R\$400,00 reais mensais, por um período de até 18 meses, 3 professores da instituição do ensino superior fazem parte da coordenação, e 3 professores das escolas públicas parceiras fazem parte da supervisão.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A princípio, vale lembrar que a educação passou nas últimas décadas por diversas modificações, com a finalidade de propiciar práticas mais eficientes e significativas aos alunos.

Desde que o coronavírus (COVID-19), foi declarado uma pandemia global, as rotinas escolares tiveram que passar por processos de adaptações e readaptações, uma vez que se descobriu que a disseminação do vírus ocorria por meio do contato físico, com isso, a principal recomendação estabelecida mundialmente foi de evitarmos a aglomeração.

Assim, gradativamente as aulas começaram a ser suspensas, até passarem totalmente do ensino presencial para o remoto (online), essa medida levou ao atraso do calendário de aprendizagem de milhões de alunos em todo o país.

O ensino remoto de emergência é uma mudança temporária da entrega de instruções para um modo de entrega alternativo devido a circunstâncias de crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para instrução ou educação que, de outra forma, seriam ministradas pessoalmente ou como cursos combinados ou híbridos e



que retornarão a esse formato assim que a crise ou emergência tiver diminuído (Hodges, 2020. P.).

Um ano e meio após a suspensão das aulas, a retomada dos encontros presenciais aconteceram em fases e paralelamente às aulas remotas que continuaram, e ainda continuam, até que haja o controle efetivo da pandemia, obedecendo aos critérios de segurança estabelecidos pelo Centro de Contingência do Coronavírus.

De acordo com o site da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (18/01/2021), a retomada, foi estabelecida da seguinte maneira:

Se uma área estiver nas fases vermelha ou laranja do Plano São Paulo, as escolas da educação básica, que atendem alunos da educação infantil ao ensino médio, poderão receber diariamente até 35% dos alunos matriculados. Se a área estiver na fase amarela, as unidades escolares poderão receber até 70% dos estudantes. E, na fase verde, podem receber até 100% dos alunos.

Com isso, as aulas remotas e as presenciais tiveram conteúdos disponibilizados através do Centro de Mídias de São Paulo (CMSP), uma ferramenta iniciada pela Secretária de Educação do Estado de São Paulo, a fim de ampliar e contribuir com a formação de professores e alunos, foram desenvolvidas atividades de forma híbrida combinando o presencial com a tecnologia. A partir daí, mais uma vez as adequações vieram à tona.

Após acompanhar algumas aulas da professora supervisora da área de matemática, docente do 3º Ano do Ensino Médio da escola pública parceira, fica claro que a tecnologia ganhou ainda mais espaço na educação, pois foi a grande responsável pela continuidade das aulas. Apesar de todo o suporte, sempre nos deparamos com adversidades, principalmente no cenário desafiador que nos encontrávamos, entretanto, a professora não desistiu diante desses obstáculos, e sempre buscava alguma alternativa de continuar sua aula.

Algo que nos chamou atenção, está relacionado a falta de presença dos estudantes, que tiveram como justificativa vários motivos. O que foi bastante comentado pelos alunos, é que muitos começaram a trabalhar período integral, e por isso não estavam comparecendo a aula. Outro motivo foi a falta de estrutura tecnológica que alguns alunos enfrentavam, principalmente os que moram em zonas rurais. Para solução deste problema, o Estado disponibilizou um chip para os estudantes que não tinham acesso à internet, que de acordo com Secretário de Estado da Educação, Rossieli Soares, os chips possibilitaram o acesso aos demais aplicativos e sistemas que não utilizavam dados patrocinados pelo Centro



de Mídias, além de ligações e mensagens de SMS para professores. Ainda assim, a falta de comparecimento às aulas foi marcante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das mudanças que mais foi comentada e questionada, por muitos, mas principalmente por pais e educadores durante a pandemia foi o ensino remoto, que se tornou a única alternativa em relação ao meio pandêmico em que estamos vivendo. Ninguém estava totalmente preparado, mas fomos obrigados a nos adaptar, e nos adaptamos. Vários ajustes e reajustes foram necessários, alguns de última hora, tudo isso para uma tentativa de solucionar um problema, que era: o aluno perder um ano escolar.

Assim, com as novas realidades e várias propostas de mudanças, no PIBID foi exigido também reformulações para atender a nova realidade, refletindo assim na experiência prática que os pibidianos tiveram com a sala de aula, visto que as aulas remotas são diferentes das atividades presenciais.

Apesar das dificuldades em nos adaptar, não podemos afirmar que tivemos apenas desvantagens, pois também encontramos vantagens que a pandemia trouxe para o meio educacional. Algumas desvantagens foram: o acesso a tecnologia, pois nem todas as famílias têm acesso a internet e computadores; o uso de ferramentas de software, nem todas as pessoas são acostumadas com os sistemas computacionais como Zoom, Classroom, Microsoft Teams etc.; a sobrecarga, muitas pessoas aumentaram significativamente a carga de trabalho, juntando com limpeza da casa, ajudar os filhos em todas as tarefas. Já as vantagens são: possibilidade de revisar o conteúdo quando quiser, pois, a maioria das aulas são gravadas e disponibilizadas para os estudantes; os pais mais presentes na educação dos filhos, podendo ver também as dificuldades que os professores enfrentam; os alunos aprendendo a lidar com novas habilidades, como os meios tecnológicos. Por fim, vemos a importância da tecnologia implantada de forma correta e bem investida no meio educativo.

Estamos aprendendo a lidar com novas formas de ensinar e aprender, o que tem sido muito desafiador, mas vamos nos adaptando e criando condições para tudo funcionar da melhor maneira possível, pensando principalmente na educação efetiva dos discentes. A pandemia nos forçou a ser criativos, ágeis, seres pensantes para novas soluções, além de



nos adaptarmos para que as melhores maneiras de aprendizagem fossem inseridas no cotidiano das unidades escolares.

Palavras-chave: Licenciatura; PIBID; Docência; Matemática; Pandemia;

REFERÊNCIAS

Professores no Brasil: impasses e desafios. GATTI, Bernadete; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Brasília: Unesco, 2009.

GOVERNO distribui chips com internet a alunos para projeto “Além da escola”, e para professores da rede estadual para a busca ativa. **Diretoria de Ensino – Região de Adamantina**, 2021. Disponível em: <https://deadamantina.educacao.sp.gov.br/governo-de-sp-esta-distribuindo-750-mil-chips-com-internet-gratuita-a-alunos-e-professores-da-rede-estadual/>. Acesso em: 21 out. 2021.

HODGES, Charles. et al. **A diferença entre ensino remoto de emergência e aprendizagem online**. Educause Review, 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 21 out. 2021.